

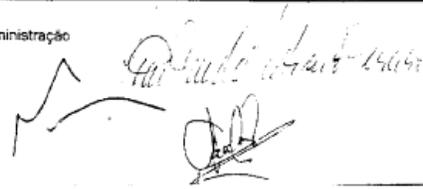
BALANÇO

31 de Dezembro de 2000

Pag. 1/2

ATIVO	Exercícios			
	2000			1999
	Activo Bruto	Amort.Prov.Acum.	Activo Líquido	Activo Líquido
Imobilizado				
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas Invest. e Desenvolvimento	23.084.700,0	23.084.700,0	0,0	0,0
Propriedade Industrial e out. Direitos	710.200,0	710.200,0	0,0	34.474,0
	23.794.900,0	23.794.900,0	0,0	34.474,0
Imobilizações Corpóreas				
Efícios e Outras Construções	4.239.302.430,0	1.001.451.923,3	3.237.850.506,7	3.266.689.213,2
Equipamento Básico	717.859.724,9	430.923.502,1	286.936.222,8	311.274.162,8
Equipamento de Transporte	65.593.415,6	55.715.737,3	9.877.678,3	9.917.295,3
Ferramentas e Utensílios	9.068.916,7	8.344.224,0	724.692,7	385.723,7
Equipamento Administrativo	206.928.221,8	152.040.075,0	54.888.146,8	64.605.353,8
Outras Imob. Corpóreas	40.735.482,6	36.878.341,0	3.857.141,6	5.186.823,6
Imobilizações em Curso	6.461.270,0		6.461.270,0	23.672.752,0
	5.285.949.461,6	1.685.353.802,7	3.600.595.658,9	3.681.731.324,4
Investimentos Financeiros				
Partes de Capital em Emp. Do Grupo	2.978.455.882,0		2.978.455.882,0	3.541.228.553,0
Títulos e Outras Aplicaç. Financeiras	1.537.676,2		1.537.676,2	1.537.676,2
	2.979.993.558,2	0,0	2.979.993.558,2	3.542.766.229,2
Circulante:				
Existências				
Materia-primas Subsidiárias e de Cons.	2.467.056,5		2.467.056,5	1.801.919,5
Produtos e Trabalhos em Curso	1.702.094.445,2	84.713.564,0	1.617.380.881,2	2.060.503.581,1
Produtos Acabados e Intermediários	982.711.503,8	186.690.614,1	796.020.889,7	861.537.476,0
Mercadorias	295.325.886,4		295.325.886,4	264.755.427,7
	2.982.598.891,9	271.404.178,1	2.711.194.713,8	3.188.596.404,3
Dívidas de Terceiros - Médio e longo Prazo				
Clientes Conta Corrente	4.686.759.105,8		4.686.759.105,8	4.191.596.825,8
Outros Devedores	1.572.351.947,1	65.233.837,1	1.507.118.110,0	2.428.666.317,4
	6.259.111.052,9	65.233.837,1	6.193.877.215,8	6.620.263.143,2
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo				
Clientes Conta Corrente	40.146.290,5	0,0	40.146.290,5	40.640.540,0
Clientes Cobrança Duvidosa	72.879.479,2	72.879.479,2	0,0	0,0
Adiantamentos a Fornecedores	11.078.930,0		11.078.930,0	11.549.680,0
Estado e Out. Entes Públicos	2.981.748,0		2.981.748,0	3.666.875,2
Outros Devedores	94.266.544,7	36.546.581,7	57.719.963,0	403.778.417,0
	221.352.992,4	109.426.060,9	111.926.931,5	459.635.512,2
Depósitos Bancários e Caixa				
Depósitos Bancários	5.347.447,3		5.347.447,3	77.506.481,6
Caixa	1.377.362,0		1.377.362,0	1.676.072,0
	6.724.809,3		6.724.809,3	79.182.553,6
Acrescimos a Diferimentos:				
Acrescimos e Projeitos	1.604.413,00		1.604.413,00	32.925.495,0
Custos Diferidos	3.034.566,00		3.034.566,00	2.871.677,0
	4.638.979,00		4.638.979,00	35.797.372,0
Total de Amortizações		1.709.148.702,7		
Total de Provisões		446.064.076,1		
Total de Activo	17.764.164.645,3	2.155.212.778,8	15.608.951.866,5	17.608.009.012,9

A Administração



O Técnico Oficial de Contas



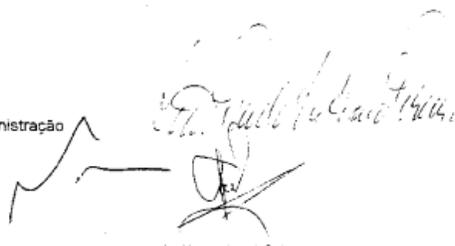
BALANÇO

31 de Dezembro de 2000

Pag. 2/2

	Exercícios	
	2000	1999
Capital Proprio e Passivo		
Capital Proprio:		
Capital	2.500.000.000,0	2.500.000.000,0
Acções (Quotas) Proprias:		
Valor Nominal	(206.000,0)	(206.000,0)
Premios e Descontos	(190.208,0)	(190.208,0)
Premios de Emissão de Acções (Quotas)	980.000.000,0	980.000.000,0
Reservas de Reavaliação	4.092.876.870,6	4.092.876.870,6
Reservas:		
Reservas Legais	70.000.928,1	70.000.928,1
Outras Reservas	664.717.327,8	664.717.327,8
Resultados Transitados	(5.508.657.595,2)	(3.963.109.176,7)
Resultado Líquido do Exercício	(1.388.043.485,1)	(1.545.548.418,5)
Total do Capital Proprio	1.410.497.838,2	2.798.541.323,3
Passivo		
Provisões para Riscos e Encargos:		
Outras Provisões p/ Riscos e Encargos	5.500.000,0	5.500.000,0
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo		
Dívidas a Instituições de Crédito	-	-
Fornecedores Conta Corrente	22.101.724,5	21.673.209,5
Outros empréstimos Obtidos	-	66.845.820,0
Outros Credores	919.014.246,3	398.768.539,7
	941.115.970,8	487.287.569,2
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo		
Dívidas a Instituições de Crédito	12.379.773.949,7	12.870.864.185,0
Fornecedores Conta Corrente	26.821.388,5	39.912.067,5
Fornecedores Títulos a Pagar	-	1.445.418,0
Fornecedores de Imob. - Títulos a Pagar	-	-
(Restantes Accionistas (Sócios))	5.064.303,7	5.073.782,7
Adiantamentos de Clientes	1.774.875,0	2.490.437,0
Outros Empréstimos Obtidos	-	-
Fornecedores de Imobilizado C/C	23.013.251,0	16.264.833,0
Estado e Outros Entes Públicos	411.642.539,7	817.215.315,7
Outros Credores	22.044.270,9	21.429.419,5
	12.870.134.578,5	13.774.695.458,4
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	378.712.161,0	538.199.248,0
Proveitos diferidos	2.991.318,0	3.785.414,0
	381.703.479,0	541.984.662,0
Total do Passivo	14.198.454.028,3	14.809.467.689,6
Total do Capital Próprio dos Interesses Minoritários e do Passivo	15.608.951.866,5	17.608.009.012,9

A Administração



O Técnico Oficial de Contas

[Handwritten signature]

IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

31 de Dezembro de 2000

Pag. 1/2

CUSTOS E PERDAS	Exercícios			
	2000		1999	
Custo das Mercadorias vendidas e Materias-Primas consumidas:				
Mercadorias	15.044.252,0		32.637.591,0	
Materias	66.735.422,0	81.779.674,0	69.063.320,8	101.700.911,8
Fornecimento e Serviços Externos		283.251.565,4		287.618.975,5
Custos com o pessoal:				
Remunerações	320.293.702,0		295.637.725,1	
Encargos Sociais:				
Pensões	126.753,0			
Outros	88.426.167,0	408.846.622,0	83.567.197,9	379.204.923,0
Amortizações de Imobilizações Corporais e Incorpóreas	128.110.128,0		134.065.513,0	
Provisões	86.753.135,0	214.863.263,0	56.285.475,8	190.330.988,8
Impostos	32.848.881,0		38.326.053,5	
Outros Custos Operacionais	61.522.408,0	94.371.289,0	23.735.584,0	62.061.637,5
(A)		1.083.112.413,4		1.020.917.436,6
Juros e Custos Similares				
Outros	1.587.449.176,7	1.587.449.176,7	1.597.410.371,5	1.597.410.371,5
(C)		2.670.561.590,1		2.618.327.808,1
Custos e Perdas Extraordinarios		128.502.361,8		3.420.402.313,1
(E)		2.799.063.951,9		6.038.730.121,2
Imposto sobre o Rendimento		20.917.997,0		7.092.987,0
(G)		2.819.981.948,9		6.045.823.108,2
Resultado Líquido do Exercício		(1.389.043.485,1)		(1.545.548.418,5)
		1.431.938.463,8		4.500.274.689,7

A Administração

O Técnico Oficial de Contas



Stuchadeviciu



IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

31 de Dezembro de 2000

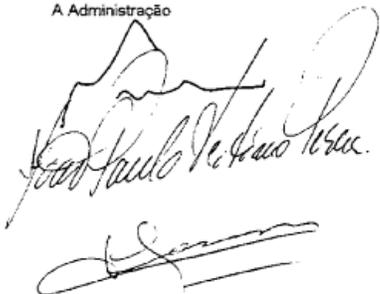
Pag. 2/2

Proveitos e Ganhos	Exercícios			
	2000		1999	
Vendas:				
Mercadorias	69.787.195,0		693.400.000,0	
Produtos	160.000.000,0		-	
Prestação de Serviços	534.634.122,0	764.421.317,0	461.065.549,0	1.154.465.549,0
Variação da produção		(412.743.671,8)		(148.623.012,5)
Trabalhos p/ a própria Empresa		-	-	74.701.265,0
Proveitos Suplementares	99.867.633,0		98.716.364,5	
Outros Proveitos Operacionais	-	99.867.633,0	18.487,0	98.734.851,5
(B)		451.545.278,2		1.179.278.653,0
Outros Juros e Proveitos Similares				
Relativos a empresas do grupo	428.615.535,0		414.551.172,0	
Outros	76.026,0	428.691.561,0	642.688,5	415.193.860,5
(D)		880.236.839,2		1.594.472.513,5
Proveitos e Ganhos Extraordinários		551.701.624,6		2.905.802.176,2
(F)		1.431.938.463,8		4.500.274.689,7

Resumo:

Resultados Operacionais (B) - (A)	(631.567.135,2)	158.361.216,4
Resultados Financeiros (D-B) - (C-A)	(1.158.757.615,7)	(1.182.216.511,0)
Resultados Correntes (D) - (C)	(1.790.324.750,9)	(1.023.855.294,6)
Resultado Antes de Imposto (F) - (E)	(1.367.125.488,1)	(1.538.455.431,5)
Resultado Líquido do Exercício (F) - (G)	(1.388.043.485,1)	(1.545.548.418,5)

A Administração



O Técnico Oficial de Contas

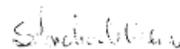
Stuchacki:in



IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

	EXERCÍCIOS	
	2000	1999
Vendas e prestações de serviços	764.421.317,0	1.154.465.549,0
Custos de vendas e das prest. Serviços	774.702.881,2	422.749.455,3
Resultados Brutos	(10.281.564,2)	731.716.093,7
Outros proveitos e ganhos operacionais	99.867.633,0	173.436.116,5
Custos de Distribuição	27.293.424,9	28.228.492,0
Custos Administrativos	360.122.597,9	466.169.875,5
Outros custos e perdas operacionais	333.737.181,2	252.392.626,3
Resultados Operacionais	(631.567.135,2)	158.361.216,4
Custo líquido de financiamento	867.211.782,7	791.270.760,0
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		
Ganhos (perdas) em outros investimentos		
Resultados não usuais ou não frequentes	217.439.749,0	(175.982.454,4)
Resultados Correntes	(1.281.339.168,9)	(808.891.998,0)
Imposto s/ Resultados correntes	20.917.997,0	7.092.987,0
Resultados Correntes após impostos	(1.302.257.165,9)	(815.984.985,0)
Resultados Extraordinários	(85.786.319,2)	(729.563.433,5)
Imposto s/ Resultados Extraordinários		
Resultados Líquidos	(1.388.043.485,1)	(1.545.548.418,5)
Resultado por Ação		



IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
2000

Actividades Operacionais:		
Recebimentos de clientes	369.154.573,00	
Pagamentos a fornecedores	-215.210.887,00	
Pagamentos ao pessoal	-175.983.429,00	
Fluxo gerado pelas operações	<u>-22.039.743,00</u>	
Pag/Rec. Do imposto sobre o Redimento	-30.798.544,00	
Outros Rec/Pag. relativos a actividade operacional	1.187.452.689,60	
Fluxos gerados antes das rub. Extraordinárias	<u>1.134.614.402,60</u>	
Recebimentos relacionados c/ rub. Extraordinárias	8.335.540,90	
Pagamentos relacionados c/ rub. Extraordinárias	-2.669.716,40	
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>1.140.280.227,10</u>
Actividades de investimento:		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-484.500,00	
Imobilizações corpóreas	<u>0,00</u>	
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>-484.500,00</u>
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos Obtidos	<u>0,00</u>	
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-1.052.743,00	
Amort. De contratos de locação financeira	-1.215.222,00	
Juros e custos similares	-993.307.876,00	
Dividendos	-7.655,00	
Aquisição de acções próprias	<u>0,00</u>	
Fluxos das de financiamento (3)		<u>-995.583.496,00</u>
Variação de caixa e seus equivalentes		144.212.231,10
Efeitos das diferenças de cambio		-291.551.764,00
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo		-4.753.855.573,00
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		<u>-4.609.344.631,90</u>

S.A.

**Certificação Legal das Contas
e
Relatório de Auditoria**

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício de 2000 da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2000, que evidencia um total de 15.608.952 Contos e um total de capital próprio de 1.410.498 Contos, incluindo um resultado líquido negativo de 1.388.043 Contos, as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa, a sua posição financeira ou resultados; e (v) que a informação financeira prospectiva seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e esteja suportada por um sistema de informação apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação de que, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. Excepto quanto ao referido nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o

referido exame incluiu: i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a verificação, para os aspectos materialmente relevantes, de que a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Na rubrica de Produtos e trabalhos em curso estão incluídos encargos com operações de loteamento, estudos e projectos de arquitectura que não têm correspondência directa com as despesas efectivamente incorridas na sua execução, devido à inexistência de um sistema de controlo de horas/técnico trabalhadas. A valorização destes trabalhos, provenientes de anos anteriores, no montante de pelo menos cerca de 1.085.000 Contos, foi feita com base em estimativas e tabelas de honorários aplicadas a cada uma das fases da sua execução. Nestes termos, não conseguimos avaliar a razoabilidade dos valores que compõem esta rubrica, admitindo-se, contudo, que poderão ser recuperados, caso venham a ser criadas as condições que se perspectivaram com a finalização do Acordo Global e que permitem o desenvolvimento dos empreendimentos associados a estes estudos e projectos.

8. À data de 31 de Dezembro de 2000, encontravam-se em mora responsabilidades perante a Administração fiscal e a Segurança Social, (conforme nota nº 28 do Anexo) contraídas após 30 de Junho de 1997, data de referência do Acordo Global, no montante de cerca de 386.000 Contos, pelo que poderão ser liquidados à Empresa juros e coimas, no montante de cerca de 60.000 Contos e 570.000 Contos respectivamente, encontrando-se apenas provisionado o valor correspondente a juros. Considerando que a materialização destas contingências depende de um acto administrativo das entidades credoras e que há a possibilidade da Empresa vir a constituir-se credora do Estado por valores superiores aos atrás referidos, tendo em conta a eventual nulidade da Cláusula nº 3.5 do Acordo de Fecho do Acordo Global, em que a Empresa renuncia ao crédito a seu favor decorrente do excesso entre o valor dos bens que foram entregues a título de dação em pagamento e o respectivo valor das dívidas fiscais extintas, não conseguimos apurar a extensão das eventuais responsabilidades inerentes a esta situação.

9. As demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 acima relevam os Investimentos financeiros em empresas filiais e associadas pelo método do custo, não reflectindo assim os efeitos no resultado do período e no capital próprio que resultariam da aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme requerido pela Directriz

Contabilística nº 9. No entanto, como em conformidade com os requisitos legais a Empresa tem a obrigação de preparar informação financeira consolidada em referência àquela mesma data, se considerarmos o valor dos ajustamentos de consolidação referentes à eliminação das participações em partes de capital da Empresa mãe e concomitantemente os valores das reservas constantes das Certificações Legais das Contas relativas às demonstrações financeiras das empresas filiais e associadas, o Capital próprio da Empresa seria reduzido em cerca de 2.200.000 Contos, incluindo o Resultado líquido atribuível ao exercício.

10. O cálculo das reservas de reavaliação legal do edifício sede, efectuado em exercícios anteriores, não incluiu o efeito da actualização das amortizações acumuladas, o que determinou que o valor contabilístico deste activo, no montante de cerca de 2.740.000 Contos, e o correspondente valor de reservas de reavaliação estejam sobrevalorizados em aproximadamente 400.000 Contos, embora a Administração da Empresa considere que o valor de fruição do imóvel corresponde a um valor de capital não inferior ao registado.

11. Conforme referido na nota 48 do Anexo, a rubrica de Produtos acabados e intermédios inclui um empreendimento turístico, inicialmente comercializado em regime de direito real de habitação periódica, que tem vindo a ser explorado como unidade hoteleira. Considerando a actual utilização deste bem e a circunstância do seu valor líquido contabilístico, de cerca de 589.600 Contos, já ter sido ajustado por valor equivalente ao da depreciação de bens corpóreos da mesma natureza, justifica-se a reclassificação contabilística deste montante para a rubrica de Imobilizações corpóreas.

Opinião

12. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos eventuais ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as situações descritas nos parágrafos 7 e 8 acima, e excepto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos 9 a 11 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.** em 31 de Dezembro de 2000, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, para os aspectos materialmente relevantes, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

13. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

- i) Tal como referido na nota 51 do Anexo, o Acordo Global firmado em 8 de Julho de 1997 entre a Empresa, conjuntamente com a Interhotel, S.A., Matur, S.A. e Autodril – Sociedade do Autódromo do Estoril, S.A. (actualmente Autodril, S.G.P.S., S.A.), e o Estado foi definitivamente fechado (Acordo de Fecho), em 8 de Fevereiro de 2000, resolvendo-se assim, em termos definitivos e globais, por via negocial, todos os diferendos que estas empresas tinham com o Estado, criando-se então as condições

para a reorganização estratégica, operacional e financeira da Empresa e das suas associadas. Os efeitos contabilísticos resultantes deste Acordo foram já registados, não havendo, no que se refere à Empresa, qualquer impacto no Resultado do exercício, ressalvando, contudo, o efeito decorrente da eventual nulidade da Cláusula nº 3.5 do Acordo Global, conforme referido no parágrafo 8 acima;

ii) As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio contabilístico da continuidade das operações, apesar do Capital próprio apresentar valor negativo após os ajustamentos considerados nas reservas descritas acima, dado que a Administração considera que os seus activos imóveis e os das empresas associadas tem afectos projectos com capacidade de concretização a médio prazo que potenciam as condições para gerar proveitos para o Grupo, suficientes para a prossecução da sua actividade e para o seu equilíbrio financeiro. Adicionalmente, salientamos que subsistem em balanço saldos devedores de associadas de cerca de 5.560.000 Contos, alguns dos quais de antiguidade considerável, cuja regularização também se encontra dependente da concretização de algumas acções mais imediatas com vista ao saneamento financeiro do Grupo, nomeadamente alienação de activos ou a conversão de créditos em capital e da rentabilização das unidades hoteleiras em exploração.

Lisboa, 27 de Abril de 2001

Pereira Rosa, Victor Ladeiro, S.R.O.C.

Representada por:



Victor Manuel Leitão Ladeiro, R.O.C.

Extracto da Acta n.º66
IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

Aos trinta dias do mês de Maio de dois mil e um, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu na Rua Castilho, número cinquenta em Lisboa, a Assembleia Geral da Imobiliária Construtora Grão-Pará S.A., Sociedade Anónima, pessoa colectiva número 500 136 971, com o capital social de dois milhões e quinhentos mil contos, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número trinta mil trezentos sessenta e cinco.

Esta reunião, foi presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Dr. Júlio Corrêa Mendes, Vice-Presidente, Maria de Fátima Santos Pires e secretariada pelos Senhores, Américo de Oliveira Machado e Dr. Filip Luis Cazaux Afonso.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, para anunciar que se encontravam presentes, ou devidamente representados, onze Senhores Accionistas, detentores de 925 365 acções representando 43% do Capital Social votante da Empresa, a que correspondem 9.254 votos pelo que considerou a Assembleia validamente constituída e apta para discutir e deliberar, acerca de todos os pontos da Ordem de Trabalhos.

O Senhor Presidente comunicou igualmente que as publicações legais para esta reunião foram atempadamente feitas e estão contidas nos Jornais "Correio da Manhã" de 28 de Abril último, "O Dia" de 28 de Abril, no terceiro suplemento número noventa e oito à III série do Diário da República de 24 de Abril e ainda no Boletim da Bolsa de Valores de Lisboa de 27 de Abril do corrente ano, pelo que foram observados os prazos legais.

Acrescentou ainda, que a administração assegurara à Mesa que todos os documentos relativos aos pontos da Ordem de Trabalhos, tinham estado à disposição dos Senhores Accionistas nos prazos estipulados por Lei.

De seguida, A Vice-Presidente da Mesa, procedeu à leitura da Ordem de Trabalhos que é do seguinte teor:
1.º Discutir e deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2000 apresentadas pelo Conselho de Administração e sobre o Parecer do Fiscal Único; 2.º Discutir e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados; 3.º Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

Estando preenchidos todos os requisitos legais, o Senhor Presidente declarou a Assembleia instalada e apta para deliberar sobre todos os pontos da Ordem de Trabalhos. De seguida, anunciou estarem abertos os trabalhos e colocou primeiro à discussão e de seguida à votação o ponto número um da Ordem de Trabalhos. Como mais ninguém desejasse usar da palavra sobre o ponto número um da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente pô-lo à votação, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade, com duas abstenções.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, colocou à discussão o ponto número dois da Ordem de Trabalhos, cujo teor é o seguinte: "Discutir e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados".

O Senhor Dr. Abel Pinheiro leu a proposta do Conselho de Administração, que é do seguinte teor: Propomos que o os resultados negativos da conta de "Resultados Líquidos do Exercício", no valor de Esc:1.388.043.485\$00, seja transferido para a conta de "Resultados Transitados". Como mais ninguém desejasse usar da palavra sobre o ponto número dois da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente pô-lo à votação, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade, com duas abstenções.

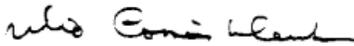
De seguida, o Senhor Presidente colocou à discussão o ponto número três da Ordem de Trabalhos, cujo teor é o seguinte: "Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade".

Pediu a palavra o Senhor Carlos da Silva Gonçalves para pedir que fosse dado um voto de louvor aos órgãos da Administração e Fiscalização da Sociedade, na pessoa de todos os seus membros. Como mais ninguém desejasse usar da palavra sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente pô-lo à votação juntamente com a sugestão feita pelo Senhor Accionista, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade, com duas abstenções.

~~Posta a palavra~~ o Senhor Dr. Abel Pinheiro, para propôr um voto de louvor à Mesa pela maneira como foram ~~concluídos os trabalhos~~ e um voto de confiança para a elaboração da Acta, que se considera já aprovada. Posta à votação, foi aprovado o voto de louvor, por unanimidade.

Esgotados os pontos da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, declarou encerrada a Assembleia dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa da Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Júlio Corrêa Mendes



GRÃO-PARÁ HOTEL GROUP

BALANÇO

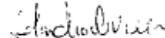
31 de Dezembro de 2000

Pag. 1/2

ACTIVO	Exercícios			
	2000		1999	
	Activo Bruto	Amort.Prov.Acum.	Activo Líquido	Activo Líquido
Imobilizado:				
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de Instalação	12.040.378,0	10.323.145,0	1.717.233,0	4.807.132,0
Despesas Invest.e Desenvolvimento	23.084.700,0	23.084.700,0	0,0	0,0
Propriedade Industrial e out. Direitos	1.280.200,0	1.280.200,0	0,0	34.474,0
	36.405.278,0	34.688.045,0	1.717.233,0	4.841.606,0
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e Recursos Naturais	3.331.851.826,7		3.331.851.826,7	4.412.266.924,0
Edifícios e Outras Construções	13.124.518.733,8	4.762.934.640,0	8.361.584.093,8	11.894.705.374,9
Equipamento Básico	2.576.007.064,7	2.250.872.924,7	325.134.140,0	351.794.656,2
Equipamento de Transporte	139.030.119,3	121.877.458,8	17.152.660,5	17.192.184,5
Ferramentas e Utensílios	32.198.818,1	30.527.742,4	1.671.075,7	612.031,5
Equipamento Administrativo	1.062.487.928,2	956.027.025,6	106.460.902,6	139.924.792,6
Taras e Vasilhame	14.899,0	14.899,0	0,0	0,0
Outras Imob. Corpóreas	358.092.593,8	316.716.174,2	41.376.419,6	1.948.013.788,6
Imobilizações em Curso	12.805.319,1		12.805.319,1	13.938.801,1
Adiantamentos por conta Imob.Corp.	7.768.580,0		7.768.580,0	16.078.000,0
	20.644.775.882,7	8.438.970.864,7	12.205.805.018,0	18.794.526.563,4
Investimentos Financeiros				
Partes de Capital em Emp. Associadas	1.870.434.011,2	66.500.000,0	1.803.934.011,2	695.090.671,2
Títulos e Outras Aplicaç. Financeiras	137.789.918,0		137.789.918,0	1.164.088,0
	2.008.223.929,2	66.500.000,0	1.941.723.929,2	696.254.759,2
Circulante:				
Existências				
Materia-primas Subsidiárias e de Cons.	52.188.680,0	11.158.425,0	41.030.255,0	38.483.968,5
Produtos e Trabalhos em Curso	1.781.615.868,9	84.713.564,0	1.696.902.304,9	3.111.071.140,6
Produtos Acabados e Intermédios	1.694.509.338,5	186.690.614,1	1.507.818.724,4	3.073.478.374,1
Mercadorias	327.729.541,3		327.729.541,3	101.041.655,6
	3.856.043.428,7	282.562.603,1	3.573.480.825,6	6.324.075.138,8
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo				
Clientes Conta Corrente	125.040.368,4	0,0	125.040.368,4	127.162.079,7
Clientes - Títulos a Receber		0,00		0,0
Clientes Cobrança Duvidosa	182.158.962,8	182.158.962,8	0,0	9.808,4
Outros Accionista (Socios)	21.926.078,0	7.500.000,0	14.426.078,0	0,0
S. publico estatal	8.922.989,0		8.922.989,0	
Adiantamentos a Fornecedores	12.045.393,0		12.045.393,0	11.766.143,0
Outros Devedores	292.173.809,9	121.054.509,7	171.119.300,2	1.769.625.788,2
	642.267.601,1	310.713.472,5	331.554.128,6	1.908.563.619,3
Depósitos Bancários e Caixa:				
Depósitos Bancários	18.710.826,8		18.710.826,8	1.849.710,6
Caixa	2.073.095,5		2.073.095,5	2.569.092,0
	20.783.922,3		20.783.922,3	4.418.802,6
Acréscimos a Diferimentos:				
Acréscimos e Proveitos	2.133.230,00		2.133.230,00	54.676.310,0
Custos Diferidos	27.445.435,40		27.445.435,40	7.776.622,0
	29.578.665,40		29.578.665,40	62.452.932,0
Total de Amortizações		8.540.158.909,7		
Total de Provisões		593.276.075,6		
Total de Activo	27.236.078.707,4	8.133.434.985,3	18.104.643.722,1	27.795.133.421,3

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

	Exercícios	
	2000	1999
Capital Proprio e Passivo		
Capital Proprio:		
Capital	2.500.000.000,0	2.500.000.000,0
Ações (Quotas) Proprias:		
Valor Nominal	(707.515.470,0)	(307.515.470,0)
Premios e Descontos	(491.460.278,8)	(91.460.278,8)
Premios de Emissão de Ações (Quotas)	980.000.000,0	980.000.000,0
Diferenças de Consolidação	1.504.695.558,8	739.827.247,9
Ajustamentos de partes de Capital em		
Filiais e Associadas	(48.912.504,7)	(41.683.811,0)
Reservas de Reavaliação	3.807.264.722,7	5.153.142.209,0
Reservas:		
Reservas Legais	84.972.141,1	70.000.928,1
Outras Reservas	218.566.960,9	744.907.771,5
Resultados Transitados	(7.605.410.818,4)	(8.943.994.987,8)
Resultado Líquido do Exercício	(1.024.941.558,1)	(744.717.191,1)
Total do Capital Proprio	(782.741.226,5)	58.506.417,8
Interesses Minoritários	(1.715.597.463,4)	1.629.717.013,8
Passivo		
Provisões para Riscos e Encargos:		
Outras Provisões p/ Riscos e Encargos	34.420.240,8	34.420.240,8
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo		
Dívidas a Instituições de Crédito	-	-
Fornecedores Conta Corrente	-	255.398.375,0
Outros empréstimos Obtidos	-	66.845.820,0
Estado e Outros entes Públicos	-	8.817.466,0
Outros Credores	-	68.701.452,0
	-	399.763.113,0
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo		
Dívidas a Instituições de Crédito	17.385.963.711,0	17.421.982.142,1
Fornecedores Conta Corrente	630.208.714,2	459.989.110,0
Fornec.-Fact.Em Conferência	3.135.295,0	928.236,5
Fornecedores - Títulos a pagar	-	1.445.418,0
Fornecedores de Imob. - Títulos a Pagar	-	30.758.541,0
(Restantes Accionistas (Sócios))	4.991.532,6	5.001.011,6
Adiantamentos de Clientes	6.354.174,8	9.875.606,8
Outros Empréstimos Obtidos	-	2.921.809.531,0
Fornecedores de Imobilizado C/C	176.487.818,0	41.997.529,0
Estado e Outros Entes Públicos	970.735.978,7	3.459.187.156,9
Outros Credores	420.743.220,5	-
	19.598.620.444,8	24.352.974.282,9
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	966.950.408,4	940.175.009,0
Proveitos diferidos	2.991.318,0	379.577.344,0
	969.941.726,4	1.319.752.353,0
Total do Passivo	20.602.982.412,0	26.106.909.989,7
Total do Capital Próprio dos Interesses Minoritários e do Passivo	18.104.643.722,1	27.795.133.421,3

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

Stuckelvisina

GRÃO-PARÁ HOTEL GROUP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

31 de Dezembro de 2000

Pag. 1/2

CUSTOS E PERDAS	Exercícios			
	2000		1999	
Custo das Mercadorias vendidas e Materias-Primas consumidas:				
Mercadorias	37.632.239,0		103.579.814,5	
Materias	227.462.255,5	265.094.494,5	200.676.340,5	304.256.155,0
Fornecimento e Serviços Externos		607.967.089,6		561.877.970,1
Custos com o pessoal:				
Remunerações	877.521.206,5		750.802.030,2	
Encargos Sociais:				
Outros	171.891.062,0	1.049.412.268,5	200.183.848,3	950.985.878,5
Amortizações de Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	386.160.059,4		596.288.626,6	
Provisões	101.827.707,9	487.987.767,3	61.569.911,1	657.858.537,7
Impostos	42.337.772,7		66.043.807,4	
Outros Custos Operacionais	106.874.334,0	149.212.106,7	134.943.814,5	200.987.621,9
(A)		2.559.673.726,6		2.675.966.163,2
Juros e Custos Similares				
Outros	2.115.550.454,9	2.115.550.454,9	2.104.315.507,0	2.104.315.507,0
(C)		4.675.224.181,5		4.780.281.670,2
Custos e Perdas Extraordinarios		3.771.291.698,8		2.855.909.072,2
(E)		8.446.515.880,3		7.636.190.742,4
Imposto sobre o Rendimento		35.625.974,0		42.250.576,0
(G)		8.482.141.854,3		7.678.441.318,4
Interesses Minoritários		(2.352.711.813,0)		(394.045.693,9)
Resultado Líquido do Exercício		(1.024.941.558,1)		(744.717.191,1)
		5.104.488.483,2		6.539.678.433,4

A Administração

O Técnico Oficial de Contas



Schubert

GRÃO-PARÁ HOTEL GROUP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

31 de Dezembro de 2000

Pag. 2/2

Proveitos e Ganhos	Exercícios			
	2000		1999	
Vendas:				
Mercadorias	229.787.195,0		66.614.285,0	
Produtos	7.870.725,0		634.025.371,0	
Prestação de Serviços	1.732.440.911,0	1.970.098.831,0	1.528.188.237,0	2.228.827.893,0
Variação da produção		(362.660.462,8)		(148.636.122,5)
Trabalhos p/ Propria Empresa		-	0	74.701.265,0
Outros Proveitos Operacionais	-		18.487,0	
Proveitos Suplementares	72.079.365,0	72.079.365,0	80.759.867,0	80.778.354,0
(B)		1.679.517.733,2		2.235.671.389,5
Outros Juros e Proveitos Similares				
Outros	576.775,0	576.775,0	1.332.523,7	1.332.523,7
(D)		1.680.094.508,2		2.237.003.913,2
Proveitos e Ganhos Extraordinários		3.424.393.975,0		4.302.673.520,2
(F)		5.104.488.483,2		6.539.677.433,4

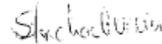
Resumo:

Resultados Operacionais (B) - (A)	(880.155.993,4)	(440.293.773,7)
Resultados Financeiros (D-B) - (C-A)	(2.114.973.679,9)	(2.102.982.983,3)
Resultados Correntes (D) - (C)	(2.995.129.673,3)	(2.543.276.757,0)
Resultado Antes de Imposto (F) - (E)	(3.342.027.397,1)	1.096.512.309,0
Resultado Líquido do Exercício (F) - (G) (com Interesses Minoritários)	(3.377.653.371,1)	(1.138.762.885,0)

A Administração



O Técnico Oficial de Contas



GRÃO-PARÁ HOTEL GROUP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

	EXERCÍCIOS	
	2000	1999
Vendas e prestações de serviços	1.970.098.831,0	2.228.827.893,0
Custos de vendas e das prest. Serviços	1.332.087.387,9	979.369.537,7
Resultados Brutos	638.011.443,1	1.249.458.355,3
Outros proveitos e ganhos operacionais	152.914.698,1	155.479.619,0
Custos de Distribuição	108.790.537,2	87.308.194,5
Custos Administrativos	752.410.093,2	915.576.534,0
Outros custos e perdas operacionais	809.881.504,2	842.347.019,5
Resultados Operacionais	(880.155.993,4)	(440.293.773,7)
Custo líquido de financiamento	1.823.413.178,7	1.711.928.147,3
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		
Ganhos (perdas) em outros investimentos		
Resultados não usuais ou não frequentes	(589.339.243,2)	622.887.906,6
Resultados Correntes	(3.292.908.415,3)	(1.529.334.014,4)
Imposto s/ Resultados correntes	35.625.974,0	42.250.576,0
Resultados Correntes após impostos	(3.328.534.389,3)	(1.571.584.590,4)
Resultados Extraordinários	(49.118.981,8)	432.821.705,4
Imposto s/ Resultados Extraordinários		
Resultados Líquidos com Interesses Minoritários	(3.377.653.371,1)	(1.138.762.885,0)
Resultado por Ação		

GRÃO-PARÁ HOTEL GROUP

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
2000**

Actividades Operacionais:	
Recebimentos de clientes	1.500.517.829,00
Pagamentos a fornecedores	-758.782.204,00
Pagamentos ao pessoal	-467.984.956,00
Fluxo gerado pelas operações	<u>273.750.669,00</u>
Pag/Rec. Do imposto sobre o Redimento	-30.798.544,00
Outros Rec/Pag. relativos a actividade operacional	871.860.194,60
Fluxos gerados antes das rub. Extraordinárias	<u>1.114.812.319,60</u>
Recebimentos relacionados c/ rub. Extraordinárias	8.335.540,90
Pagamentos relacionados c/ rub. Extraordinárias	-2.678.576,40
Fluxos das actividades operacionais (1)	<u>1.120.469.284,10</u>
Actividades de investimento:	
Pagamentos respeitantes a:	
Investimentos financeiros	-484.500,00
Imobilizações corpóreas	<u>0,00</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)	<u>-484.500,00</u>
Actividades de financiamento:	
Recebimentos provenientes de:	
Juros e Proveitos Similares	<u>0,00</u>
Pagamentos respeitantes a:	
Empréstimos obtidos	-67.877.313,00
Amort. De contratos de locação financeira	-1.215.222,00
Juros e custos similares	-1.165.674.795,70
Dividendos	-7.655,00
Ações Próprias	<u>0,00</u>
Fluxos das de financiamento (3)	<u>-1.234.774.985,70</u>
Varição de caixa e seus equivalentes	-114.790.201,60
Efeitos das diferenças de cambio	-291.522.827,10
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	-4.647.465.417,90
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	-5.768.665.360,00

SW

Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício de 2000 da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2000 (que evidencia um total de 18.104.644 Contos e um total de capital próprio negativo de 782.741 Contos, incluindo um resultado líquido negativo de 1.024.942 Contos), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados; e (v) que a informação financeira prospectiva seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e esteja suportada por um sistema de informação apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. Excepto quanto ao referido nos parágrafos 7 a 10, abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; ii) verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial; iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação dos documentos de prestação de contas consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Na rubrica de Produtos e trabalhos em curso estão incluídos encargos com operações de loteamento, estudos e projectos de arquitectura que não têm correspondência directa com as despesas efectivamente incorridas na sua execução, devido à inexistência de um sistema de controlo de horas/técnico trabalhadas. A valorização destes trabalhos, provenientes de anos anteriores, no montante de pelo menos cerca de 1.085.000 Contos, foi feita com base em estimativas e tabelas de honorários aplicadas a cada uma das fases da sua execução. Nestes termos, não conseguimos avaliar da razoabilidade dos valores que compõem esta rubrica, admitindo-se, contudo, que poderão ser recuperados, caso venham a ser criadas as condições que se perspectivaram com a finalização do Acordo Global e que permitem o desenvolvimento dos empreendimentos associados a estes estudos e projectos.

8. Nas rubricas de Produtos acabados e intermédios e Produtos e trabalhos em curso mantém-se o valor de cerca de 840.000 Contos, relativo a fracções não comercializadas do único empreendimento da associada Grão Pará Agroman - Sociedade Imobiliária, S.A., concluído há cerca de sete anos. Nestas circunstâncias, dada a ausência de vendas recentes, provavelmente em consequência das fracas características funcionais desse empreendimento, e/ou de avaliações independentes, não conseguimos avaliar em que extensão poderá ser aquele activo realizável e, consequentemente, determinar o eventual montante necessário de provisão para o ajustar ao seu valor de realização.

9. À data de 31 de Dezembro de 2000 encontravam-se em mora responsabilidades perante a Administração fiscal e a Segurança Social contraídas após 30 de Junho de 1997, data de referência do Acordo Global, no montante de cerca de 940.000 Contos, pelo que poderão ser liquidados à Empresa e às suas associadas juros e coimas, no montante de cerca de 150.000 Contos e 1.380.000 Contos, respectivamente, encontrando-se apenas provisionados, do valor correspondente a juros, cerca de 140.000 Contos. Considerando que a materialização destas contingências depende de um acto administrativo das entidades credoras e que há a possibilidade da Empresa e das suas associadas, que outorgaram o Acordo Global, virem a constituir-se credoras do Estado por valores superiores aos atrás referidos (tendo em conta a eventual nulidade da Cláusula n.º 3.5 do Acordo de Fecho desse Acordo Global, em que a Empresa e essas associadas renunciaram aos créditos a seu favor decorrentes do excesso entre o valor dos bens que foram entregues a título de dação em pagamento e o respectivo valor das dívidas fiscais extintas), não conseguimos apurar da extensão das eventuais responsabilidades inerentes a esta situação.

10. No âmbito do cumprimento do Acordo Global as empresas Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, S.A. e Autodril - Sociedade Imobiliária S.A. foram constituídas com capitais realizados em espécie, através da transferência de patrimónios de propriedade da Autodril, Sociedade do Autódromo do Estoril, S.A., antes de ser transformada em sociedade gestora de participações sociais, envolvendo por isso a mudança da sua titularidade. Estas participações financeiras foram relevadas em balanço pelo valor correspondente ao das entradas de capital em espécie, sendo que 51% das acções representativas do capital da primeira foi entregue ao Estado neste exercício como dação em pagamento, conforme descrito no parágrafo 16 i) abaixo. Considerando que o valor de realização dessas partes sociais diferiu do valor originalmente registado como participação financeira, não conseguimos apurar da extensão de eventuais responsabilidades fiscais, se as houver, associadas a estas operações, tendo em conta as diversas interpretações técnicas sobre o assunto.

11. As associadas Interhotel, S.A. e Matur, S.A. são rés em processos judiciais movidos por um fornecedor, para os quais no decurso do exercício foram proferidas sentenças de condenação ao pagamento de cerca de 285.000 Contos, encontrando-se apenas reconhecidas responsabilidades de cerca de 155.000 Contos, pelo que o Passivo está subvalorizado em aproximadamente 145.000 Contos e os Resultados transitados estão sobrevalorizados em igual montante.

12. O cálculo das reservas de reavaliação legal do edifício sede, efectuado em exercícios anteriores, não incluiu o efeito da actualização das amortizações acumuladas, o que determinou que o valor contabilístico deste activo, no montante de 2.740.000 Contos, e o correspondente valor de reservas de reavaliação estejam sobrevalorizados em aproximadamente 400.000 Contos, embora a Administração da Empresa considere que o valor de fruição do imóvel corresponde a um valor de capital não inferior ao registado.

13. Ainda na rubrica de Produtos e trabalhos em curso está incluído o valor de cerca de 245.000 Contos que deveria já ter sido reclassificado para a rubrica de Imobilizado corpóreo e amortizado em pelo menos cerca de 135.000 Contos, uma vez que corresponde a obras efectuadas há cerca de 10 anos numa das unidades hoteleiras que se encontra em exploração, pelo que o Activo, os Resultados transitados e o Resultado líquido do exercício

estão sobrevalorizados em cerca de, respectivamente, 135.000 Contos, 123.000 Contos e 12.000 Contos.

14. A rubrica de Produtos acabados e intermédios inclui também um empreendimento turístico, inicialmente comercializado em regime de direito real de habitação periódica, que tem vindo a ser explorado como unidade hoteleira. Considerando a actual utilização deste bem e a circunstância do seu valor líquido contabilístico, de cerca de 589.600 Contos, já ter sido ajustado por valor equivalente ao da depreciação de bens corpóreos da mesma natureza, justifica-se a reclassificação contabilística deste montante para a rubrica de Imobilizações corpóreas.

Opinião

15. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos eventuais ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as situações descritas nos parágrafos 7 a 10 acima, e excepto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos 11 a 14 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.** em 31 de Dezembro de 2000, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, e lícita.

Ênfases

16. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

i) Tal como referido na nota 50 do Anexo, o Acordo Global firmado em 8 de Julho de 1997 entre a Empresa, conjuntamente com a Interhotel, S.A., Matur, S.A. e Autodril – Sociedade do Autódromo do Estoril, S.A. (actualmente Autodril, S.G.P.S., S.A.), e o Estado, foi definitivamente fechado (Acordo de Fecho) em 8 de Fevereiro de 2000, resolvendo-se assim, em termos definitivos e globais, por via negocial, todos os diferendos que estas empresas tinham com o Estado, criando-se então as condições para a reorganização estratégica, operacional e financeira do grupo. Os efeitos contabilísticos resultantes deste Acordo foram já registados, ressalvando o decorrente da eventual nulidade da Cláusula n.º 3.5 do Acordo de Fecho do Acordo Global, conforme referido no parágrafo 9 acima, sendo neste exercício o impacto total no Resultado consolidado desfavorável em cerca de 800.000 Contos, o qual foi, no entanto, na quase totalidade neutralizado pelo reconhecimento, no exercício anterior e no corrente, da actualização das responsabilidades fiscais e parafiscais e das indemnizações recebidas por expropriações;

ii) Para além do efeito positivo que a concretização do Acordo Global trouxe ao nível da redução do passivo consolidado e da libertação de todas as responsabilidades que poderiam resultar das dividas e acções judiciais com o Estado, possibilitou também que fossem criadas condições para a reestruturação dos negócios do Grupo e o relançamento dos seus empreendimentos imobiliários e hoteleiros. Neste sentido, e

não obstante o capital consolidado estar significativamente deficitário, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que a continuidade das operações da Empresa-mãe e das associadas está assegurada, na medida em que aquelas condições sejam potencializadas pelas Administrações, suportadas pelos accionistas e garantam a mobilização dos recursos financeiros necessários à recuperação da posição financeira do Grupo,

iii) A associada Matur, S.A. procedeu à reclassificação contabilística de imóveis para Imobilizações corpóreas, no valor aproximado de 1.500.000 Contos, historicamente registados na rubrica de Existências, sendo recalculadas as respectivas amortizações acumuladas, das quais, aproximadamente 125.000 Contos foram reconhecidos em Resultados transitados consolidados;

iv) A política de amortizações adoptada tem-se baseado em critérios de depreciação diferenciados em função da utilização dos bens, sendo os afectos à actividade hoteleira depreciados às taxas mínimas aceites para efeitos fiscais, enquanto que os restantes bens têm sido amortizados às taxas máximas fiscais;

v) No perímetro de consolidação está incluída a associada Grão Pará Agroman – Sociedade Imobiliária, S.A. para a qual, em relação ao exercício anterior o então Revisor Oficial de Contas emitiu uma Declaração de Impossibilidade de Certificação Legal das Contas, com a justificação de que o Conselho de Administração não submeteu as demonstrações financeiras à sua apreciação. Estas contas foram entretanto aprovadas em Assembleia Geral. No âmbito das nossas funções, revimos as demonstrações financeiras desta associada, sem que tenhamos formado opinião sobre os resultados transitados;

vi) Não foi preparada a Demonstração consolidada dos resultados por funções, uma vez que o sistema de informação contabilística de algumas das empresas do Grupo não permite a compilação adequada desses elementos.

Lisboa, 14 de Maio de 2001

Pereira Rosa, Victor Ladeiro, S.R.O.C.

Representada por:



Victor Manuel Leitão Ladeiro, R.O.C.

Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1. Na qualidade de Auditores Externos e de Revisores Oficiais de Contas emitimos, datado de 14 de Maio de 2001, a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2000 da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A** que não incluíam a Demonstração consolidada dos resultados por funções, razão pela qual não a pudemos examinar e, conseqüentemente, não a incluímos na opinião daquele relatório

2. Tendo tomado conhecimento que, posteriormente à emissão do nosso relatório, a Administração efectuou uma revisão daquelas demonstrações financeiras no sentido de incluir a referida Demonstração, apresentamos, para os efeitos do Artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada que agora está incluída: no Relatório de Gestão das contas consolidadas, no Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2000, (que evidencia um total de 18.104.644 Contos e um total de capital próprio negativo de 782.741 Contos, incluindo um resultado líquido negativo de 1.024.942 Contos), nas Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados; e (v) que a informação financeira prospectiva seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e esteja suportada por um sistema de informação apropriado.

4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

5. Excepto quanto ao referido nos parágrafos 8 a 12 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; ii) verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial; iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação dos documentos de prestação de contas consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

7. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

8. A Demonstração consolidada dos resultados por funções não se encontra suportada por registos auxiliares adequados que nos permitam validar a adequacidade dos valores nela apresentados.

9. Na rubrica de Produtos e trabalhos em curso estão incluídos encargos com operações de loteamento, estudos e projectos de arquitectura que não têm correspondência directa com as despesas efectivamente incorridas na sua execução, devido à inexistência de um sistema de controlo de horas/técnico trabalhadas. A valorização destes trabalhos, provenientes de anos anteriores, no montante de pelo menos cerca de 1.085.000 Contos, foi feita com base em estimativas e tabelas de honorários aplicadas a cada uma das fases da sua execução.

Nestes termos, não conseguimos avaliar a razoabilidade dos valores que compõem esta rubrica, admitindo-se, contudo, que poderão ser recuperados, caso venham a ser criadas as condições que se perspectivaram com a finalização do Acordo Global e que permitem o desenvolvimento dos empreendimentos associados a estes estudos e projectos.

10. Nas rubricas de Produtos acabados e intermédios e Produtos e trabalhos em curso mantém-se o valor de cerca de 840.000 Contos, relativo a fracções não comercializadas do único empreendimento da associada Grão Pará Agroman - Sociedade Imobiliária, S.A., concluído há cerca de sete anos. Nestas circunstâncias, dada a ausência de vendas recentes, provavelmente em consequência das fracas características funcionais desse empreendimento, e/ou de avaliações independentes, não conseguimos avaliar em que extensão poderá ser aquele activo realizável e, conseqüentemente, determinar o eventual montante necessário de provisão para o ajustar ao seu valor de realização.

11. À data de 31 de Dezembro de 2000 encontravam-se em mora responsabilidades perante a Administração fiscal e a Segurança Social contraídas após 30 de Junho de 1997, data de referência do Acordo Global, no montante de cerca de 940.000 Contos, pelo que poderão ser liquidados à Empresa e às suas associadas juros e coimas, no montante de cerca de 150.000 Contos e 1.380.000 Contos, respectivamente, encontrando-se apenas provisionados, do valor correspondente a juros, cerca de 140.000 Contos. Considerando que a materialização destas contingências depende de um acto administrativo das entidades credoras e que há a possibilidade da Empresa e das suas associadas, que outorgaram o Acordo Global, virem a constituir-se credoras do Estado por valores superiores aos atrás referidos (tendo em conta a eventual nulidade da Cláusula n.º 3.5 do Acordo de Fecho desse Acordo Global, em que a Empresa e essas associadas renunciaram aos créditos a seu favor decorrentes do excesso entre o valor dos bens que foram entregues a título de dação em pagamento e o respectivo valor das dívidas fiscais extintas), não conseguimos apurar a extensão das eventuais responsabilidades inerentes a esta situação.

12. No âmbito do cumprimento do Acordo Global as empresas Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, S.A. e Autodril - Sociedade Imobiliária S.A. foram constituídas com capitais realizados em espécie, através da transferência de patrimónios de propriedade da Autodril, Sociedade do Autódromo do Estoril, S.A., antes de ser transformada em sociedade gestora de participações sociais, envolvendo por isso a mudança da sua titularidade. Estas participações financeiras foram relevadas em balanço pelo valor correspondente ao das entradas de capital em espécie, sendo que 51% das acções representativas do capital da primeira foi entregue ao Estado neste exercício como dação em pagamento, conforme descrito no parágrafo 16 i) abaixo. Considerando que o valor de realização dessas partes sociais diferiu do valor originalmente registado como participação financeira, não conseguimos apurar a extensão de eventuais responsabilidades fiscais, se as houver, associadas a estas operações, tendo em conta as diversas interpretações técnicas sobre o assunto.

13. As associadas Interhotel, S.A. e Matur, S.A. são réis em processos judiciais movidos por um fornecedor, para os quais no decurso do exercício foram proferidas sentenças de condenação ao pagamento de cerca de 285.000 Contos, encontrando-se apenas reconhecidas responsabilidades de cerca de 155.000 Contos, pelo que o Passivo está subvalorizado em aproximadamente 145.000 Contos e os Resultados transitados estão sobrevalorizados em igual montante.

14. O cálculo das reservas de reavaliação legal do edifício sede, efectuado em exercícios anteriores, não incluiu o efeito da actualização das amortizações acumuladas, o que determinou que o valor contabilístico deste activo, no montante de 2.740.000 Contos, e o correspondente valor de reservas de reavaliação estejam sobrevalorizados em aproximadamente 400.000 Contos, embora a Administração da Empresa considere que o valor de fruição do imóvel corresponde a um valor de capital não inferior ao registado.

15. Ainda na rubrica de Produtos e trabalhos em curso está incluído o valor de cerca de 245.000 Contos que deveria já ter sido reclassificado para a rubrica de Imobilizado corpóreo e amortizado em pelo menos cerca de 135.000 Contos, uma vez que corresponde a obras efectuadas há cerca de 10 anos numa das unidades hoteleiras que se encontra em exploração, pelo que o Activo, os Resultados transitados e o Resultado líquido do exercício estão sobrevalorizados em cerca de, respectivamente, 135.000 Contos, 123.000 Contos e 12.000 Contos.

16. A rubrica de Produtos acabados e intermédios inclui também um empreendimento turístico, inicialmente comercializado em regime de direito real de habitação periódica, que tem vindo a ser explorado como unidade hoteleira. Considerando a actual utilização deste bem e a circunstância do seu valor líquido contabilístico, de cerca de 589.600 Contos, já ter sido ajustado por valor equivalente ao da depreciação de bens corpóreos da mesma natureza, justifica-se a reclassificação contabilística deste montante para a rubrica de Imobilizações corpóreas.

Opinião

17. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos eventuais ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as situações descritas nos parágrafos 8 a 12 acima, e excepto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos 13 a 16 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.** em 31 de Dezembro de 2000, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, e lícita.

Ênfases

18. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

- i) Tal como referido na nota 50 do Anexo, o Acordo Global firmado em 8 de Julho de 1997 entre a Empresa, conjuntamente com a Interhotel, S.A., Matur, S.A. e Autodril – Sociedade do Autódromo do Estoril, S.A. (actualmente Autodril, S.G.P.S., S.A.), e o Estado, foi definitivamente fechado (Acordo de Fecho) em 8 de Fevereiro de 2000, resolvendo-se assim, em termos definitivos e globais, por via negocial, todos os diferendos que estas empresas tinham com o Estado, criando-se então as condições para a reorganização estratégica, operacional e financeira do grupo. Os efeitos

IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

Aos trinta e um dias do mês de Maio de dois mil e um, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu na Rua Castilho, número cinquenta em Lisboa, a Assembleia Geral da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A., Sociedade Anónima, pessoa colectiva número 500 136 971, com o capital social de dois milhões e quinhentos mil contos, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número trinta mil trezentos sessenta e cinco.

Esta reunião, foi presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Dr. Júlio Corrêa Mendes, Vice-Presidente Maria de Fátima Santos Pires e secretariada pelos Senhores, Américo de Oliveira Machado e Dr. Filipe Luis Cazaux Afonso.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, para anunciar que se encontravam presentes, ou devidamente representados, 9 Senhores Accionistas, detentores de 919 234 acções representando 42,7 % do capital social votante da Empresa, a que correspondem 9.192 votos pelo que considerou a Assembleia validamente constituída e apta para discutir e deliberar acerca de todos os pontos da Ordem de Trabalhos.

O Senhor Presidente comunicou igualmente que as publicações legais para esta reunião foram atempadamente feitas e estão contidas nos Jornais "Correio da Manhã" de 28 de Abril último, "O Dia" de 28 de Abril, no terceiro suplemento número noventa e oito à III série do Diário da República de 24 de Abril com rectificação publicada no 5.º suplemento à III série do dia 30 de Abril e ainda no Boletim da Bolsa de Valores de Lisboa de 27 de Abril do corrente ano, pelo que foram observados os prazos legais.

Acrescentou ainda, que a administração assegurara à Mesa que todos os documentos relativos aos pontos da Ordem de Trabalhos, tinham estado à disposição dos Senhores Accionistas nos prazos estipulados por Lei.

De seguida, A Vice-Presidente da Mesa, procedeu à leitura da Ordem de Trabalhos que é do seguinte teor:

- 1.º Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas do Exercício de 2000 apresentadas pelo Conselho de Administração e sobre o Parecer do Fiscal Único;
- 2.º Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

Estando preenchidos todos os requisitos legais, o Senhor Presidente declarou a Assembleia instalada e apta para deliberar sobre todos os pontos da ordem de trabalhos.

De seguida, anunciou estarem abertos os trabalhos e colocou primeiro à discussão e de seguida à votação o ponto número um da Ordem de Trabalhos. Como ninguém desejasse usar da palavra sobre o ponto número um da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente pô-lo à votação, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade, com uma abstenção.

De seguida, o Senhor Presidente colocou à discussão o ponto número dois da Ordem de Trabalhos, cujo teor é o seguinte: "Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade". Pediu a palavra o Senhor António Spínola Gonçalves para pedir que fosse dado um voto de louvor aos órgãos da Administração e Fiscalização da Sociedade, na pessoa de todos os seus membros.

Como mais ninguém desejasse usar da palavra sobre o ponto número dois da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente pô-lo à votação juntamente com a sugestão feita pelo Senhor António Spínola Gonçalves, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade, com uma abstenção. Pediu a palavra o Senhor Dr. Abel Pinheiro, para propôr uma voto de louvor à Mesa pela maneira como foram conduzidos os trabalhos e um voto de confiança para a elaboração da Acta, que considera já aprovada. Posta à votação, foi aprovado o voto de louvor, por unanimidade.

Esgotados os pontos da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, declarou encerrada a Assembleia dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa da Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Júlio Corrêa Mendes

